

SIMPÓSIO 44

Simpósio:

A GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS DOS TRABALHADORES POR MEIO DA PROMOÇÃO DO CONCEITO DE TRABALHO DECENTE DA OIT: DA REGULAÇÃO JURÍDICA À JURISDIÇÃO

Coordenadores:

Nome da Coordenadora 1: Eliana dos Santos Alves Nogueira

Vinculação Institucional: Professora Assistente junto ao Departamento de Direito Privado, de Processo Civil e do Trabalho da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – FCHS/UNESP – Campus de Franca - São Paulo.

Resumo Curricular: Licenciatura em Filosofia pela PUC de Belo Horizonte. Bacharel e Mestre em Direito pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – FCHS/UNESP – Campus de Franca/SP. Doutora em Direito do Trabalho pela Università Sapienza de Roma-Itália. Professora Assistente junto ao Departamento de Direito do Trabalho, de Processo Civil e do Trabalho da FCHS/UNESP – Campus de Franca/SP. Líder do Grupo de Pesquisa (CNPQ) “Núcleo de Pesquisa e Observatório Jurídico: (Re)pensando o Trabalho Contemporâneo” da FCHS/UNESP – Campus de Franca/SP. Membro do Comitê Científico de Assessoramento à Pesquisa da ENAMAT (Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho). Membro do Conselho Técnico como parecerista da Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e parecerista da Revista LTr – Legislação do Trabalho. Juíza do Trabalho e Coordenadora do Juizado Especial da Infância e Adolescência da Justiça do Trabalho (JEIA) de Franca/SP – TRT15a Região.

Nome do Coordenador 2: Victor Hugo de Almeida

Vinculação Institucional: Professor Assistente Doutor junto ao Departamento de Direito Privado, de Processo Civil e do Trabalho da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – FCHS/UNESP – Campus Franca - São Paulo.

Resumo Curricular: Doutor em Direito do Trabalho pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – Largo São Francisco (FADUSP). Mestre pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP/USP). Professor Assistente Doutor junto ao Departamento de Direito Privado, de Processo Civil e do Trabalho e ao Programa de Pós-Graduação Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – FCHS/UNESP – Campus de Franca/SP. Chefe do Departamento de Direito Privado, de Processo Civil e do Trabalho e Vice-Coordenador do Programa de Pós-Graduação da FCHS/UNESP – Campus de Franca/SP. Líder do Grupo de Pesquisa (CNPQ) “Núcleo de Pesquisa e Observatório Jurídico: (Re)pensando o Trabalho Contemporâneo” da FCHS/UNESP – Campus de Franca. Membro do Conselho Editorial da Revista de Estudos Jurídicos (REJ) da FCHS/UNESP – Campus de Franca. Avaliador de Cursos Superiores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (INEP/MEC).

Linha(s) de debate (descrição do Simpósio):

A Declaração Universal dos Direitos Humanos assevera a universalidade dos direitos humanos a serem internalizados pelos Estados como direitos e garantias fundamentais, cuja efetividade é a única e exclusiva via para a consolidação da cidadania e a garantia de proteção

contra violações, inclusive por parte do Estado regulador por ação ou omissão. A OIT, na 87ª Conferência Internacional do Trabalho, estabeleceu como meta a promoção do trabalho decente, por meio de “[...] oportunidades para que os homens e as mulheres possam conseguir um trabalho decente e produtivo, em condições de equidade, segurança e dignidade humana.” No mundo do trabalho, a garantia ao trabalho decente é condição *sine qua non* para que direitos e garantias fundamentais possam ser concretizados. No mundo jurídico, tanto o legislador quanto o intérprete seguem sem compreender suficientemente a nova configuração do cenário laboral contemporâneo. Nesse contexto, prolifera a figura do trabalhador pobre, posto que trabalhar não significa se afastar da miséria. Como a atual regulação do trabalho é ineficaz para a garantia do direito ao trabalho decente, o presente simpósio pretende aprofundar os debates sobre essa complexa realidade. Serão aceitos trabalhos nas seguintes linhas: (1) Garantia dos direitos fundamentais aos trabalhadores no cenário contemporâneo: da regulação jurídica à interpretação jurisdicional; (2) Subordinação jurídica: um novo conceito para um novo cenário laboral; e (3) Garantia dos direitos fundamentais dos trabalhadores pobres para além da regulação do mercado de trabalho: políticas públicas de requalificação profissional (*lifelong learning*) e reflexões sobre a renda básica de cidadania (*universal basic income*).

Idioma dos resumos que serão aceitos para apresentação:

Português (X)

Francês (X)

Espanhol (X)

Italiano (X)

SYMPOSIUM 44

Symposium:

ENSURING WORKERS' HUMAN RIGHTS BY PROMOTING THE ILO'S CONCEPT OF DECENT WORK: FROM LEGAL REGULATION TO JURISDICTION

Coordinators:

Name of Coordinator 1: Eliana dos Santos Alves Nogueira

Institution: Assistant Professor at the Department of Private Law, Civil Procedure and Labor at the Faculty of Human and Social Sciences of the São Paulo State University “Júlio de Mesquita Filho” - FCHS / UNESP - Franca Campus - São Paulo.

Curricular Summary: Degree in Philosophy from PUC in Belo Horizonte. Bachelor and Master in Law from the Faculty of Human and Social Sciences of the São Paulo State University “Júlio de Mesquita Filho” - FCHS / UNESP - Campus de Franca / SP. PhD in Labor Law from the Università Sapienza in Rome-Italy. Assistant Professor at the Department of Labor Law, Civil Procedure and Labor at FCHS / UNESP - Campus de Franca / SP. Leader of the Research Group (CNPQ) “Research Center and Legal Observatory: (Re) thinking Contemporary Work” at FCHS / UNESP - Campus de Franca / SP. Member of the Scientific Advisory Committee for Research at ENAMAT (National School for the Training and Improvement of Labor Magistrates). Member of the Technical Council as reviewer of the Magazine of the Regional Labor Court of the 15th Region and reviewer of the Magazine LTr - Labor Law. Labor Judge and Coordinator of the Special Court for Children and Adolescents of the Labor Court (JEIA) in Franca / SP.

Name of Coordinator 2: Victor Hugo de Almeida.

Institution: PhD Assistant Professor at the Department of Private Law, Civil Procedure and Labor at the Faculty of Human and Social Sciences of the São Paulo State University “Júlio de Mesquita Filho” - FCHS / UNESP - Campus Franca - São Paulo.

Curricular Summary: Doctor in Labor Law from the Law Faculty of the University of São Paulo - Largo São Francisco (FADUSP). Master from the Faculty of Philosophy, Sciences and Letters of Ribeirão Preto, University of São Paulo (FFCLRP / USP). PhD Assistant Professor at the Department of Private Law, Civil Procedure and Labor and at the Graduate Program Faculty of Human and Social Sciences of the São Paulo State University “Júlio de Mesquita Filho” - FCHS / UNESP - Campus de Franca / SP. Head of the Department of Private Law, Civil Procedure and Labor and Vice-Coordinator of the Graduate Program at FCHS / UNESP - Campus de Franca / SP. Leader of the Research Group (CNPQ) “Legal Research Center and Observatory: (Re) thinking Contemporary Work” at FCHS / UNESP - Campus de Franca. Member of the Editorial Board of the “Revista de Estudos Jurídicos (REJ)” of FCHS / UNESP - Campus de Franca. Higher Education Evaluator of the National Higher Education Assessment System (INEP / MEC).

Line(s) of discussion (symposium description):

The Universal Declaration of Human Rights asserts the universality of human rights to be internalized by States as fundamental rights and guarantees, whose effectiveness is the only and exclusive way for the consolidation of citizenship and the guarantee of protection against violations, including by the regulatory State by action or inaction. The ILO, at the 87th International Labor Conference, set the goal of promoting decent work, through “[...] opportunities for men and women to achieve decent and productive work, under conditions of

equity, security and human dignity.” In the world of labor, guaranteeing decent work is a *sine qua non* condition for fundamental rights and guarantees to be realized. In the legal world, the legislator and the interpreter go on without sufficient understanding of the new configuration in the contemporary labor scene. In this context, the figure of the poor worker proliferates, since working does not mean moving away from misery. As the current regulation of work is ineffective to guarantee the right to decent work, the present symposium intends to deepen the debates on this complex reality. Papers in the following lines will be accepted: (1) Guarantee of fundamental rights for workers in the contemporary scenario: from legal regulation to jurisdictional interpretation; (2) The concept of subordination: a new concept for the contemporary labor scene and (3) Guarantee of the fundamental rights for poor workers beyond the regulation of the labor market: public policies for professional requalification (lifelong learning) and reflections on basic citizenship income (universal basic income).

Languages of abstracts that will be accepted for presentation:

Portuguese (X)

French (X)

Spanish (X)

Italian (X)

SIMPOSIO 44

Simposio:

GARANTIZAR LOS DERECHOS HUMANOS DE LOS TRABAJADORES PROMOVIENDO EL CONCEPTO DE TRABAJO DECENTE DE LA OIT: DE LA REGULACIÓN LEGAL A LA JURISDICCIÓN

Coordinadores:

Nombre del Coordinador 1: Eliana dos Santos Alves Nogueira

Vinculación institucional: Profesor Asistente en el Departamento de Derecho Privado, Procedimiento Civil y Trabajo de la Facultad de Ciencias Humanas y Sociales de la Universidad Estatal de São Paulo “Júlio de Mesquita Filho” - FCHS / UNESP - Campus Franca - São Paulo.

Resumen Curricular: Licenciatura en Filosofía de la PUC en Belo Horizonte. Licenciado y Máster en Derecho por la Facultad de Ciencias Humanas y Sociales de la Universidad Estatal de São Paulo “Júlio de Mesquita Filho” - FCHS / UNESP - Campus de Franca / SP. Doctora en Derecho del Trabajo por la Università Sapienza en Roma-Italia. Profesor Asistente en el Departamento de Derecho Laboral, Procedimiento Civil y Trabajo en FCHS / UNESP - Campus de Franca / SP. Líder del Grupo de Investigación (CNPQ) "Centro de Investigación y Observatorio Jurídico: (Re) pensando en el trabajo contemporáneo" en FCHS / UNESP - Campus de Franca / SP. Miembro del Comité Científico Asesor de Investigación de ENAMAT (Escuela Nacional de Formación y Mejora de Magistrados Laborales). Miembro del Consejo Técnico como revisor de la Revista del Tribunal Regional del Trabajo de la 15ª Región y revisor de la Revista LTr - Derecho Laboral. Juez de Trabajo y Coordinador del Tribunal Especial para Niños y Adolescentes del Tribunal de Trabajo (JEIA) en Franca / SP.

Nombre del Coordinador 2: Victor Hugo de Almeida

Vinculación institucional: Profesor Asistente y Doctor en el Departamento de Derecho Privado, Procedimiento Civil y Trabajo de la Facultad de Ciencias Humanas y Sociales de la Universidad Estatal de São Paulo "Júlio de Mesquita Filho" - FCHS / UNESP - Campus Franca - São Paulo.

Resumen Curricular: Doctor en Derecho Laboral de la Facultad de Derecho de la Universidad de São Paulo - Largo São Francisco (FADUSP). Master de la Facultad de Filosofía, Ciencias y Letras de Ribeirão Preto, Universidad de São Paulo (FFCLRP / USP). PhD Profesor Asistente en el Departamento de Derecho Privado, Procedimiento Civil y Trabajo y en el Programa de Posgrado de la Facultad de Ciencias Humanas y Sociales de la Universidad Estatal de São Paulo “Júlio de Mesquita Filho” - FCHS / UNESP - Campus de Franca / SP. Jefe del Departamento de Derecho Privado, Procedimiento Civil y Trabajo y Vicecoordinador del Programa de Posgrado en FCHS / UNESP - Campus de Franca / SP. Líder del Grupo de Investigación (CNPQ) "Centro de Investigación y Observatorio Legal: (Re) pensando en el trabajo contemporáneo" en FCHS / UNESP - Campus de Franca. Miembro del Consejo Editorial de la Revista de Estudos Jurídicos (REJ) de FCHS / UNESP - Campus de Franca. Evaluador de Educación Superior del Sistema Nacional de Evaluación de la Educación Superior (INEP / MEC).

Línea (s) de discusión (descripción del Simposio):

La Declaración Universal de Derechos Humanos afirma la universalidad de los derechos humanos a ser internalizados por los Estados como derechos y garantías fundamentales, cuya efectividad es la única y exclusiva forma de consolidar la ciudadanía y garantizar la protección contra las violaciones, incluso por parte del Estado regulador, por acción o inacción. La OIT,

en la 87ª Conferencia Internacional del Trabajo, estableció el objetivo de promover el trabajo decente, a través de "oportunidades [...] para hombres y mujeres para lograr un trabajo decente y productivo, bajo condiciones de equidad, seguridad y dignidad humana ". En el mundo del trabajo, garantizar un trabajo decente es una condición *sine qua non* para la realización de los derechos y garantías fundamentales. En el mundo legal, tanto el legislador como el intérprete continúan sin comprender suficientemente la nueva configuración de la escena laboral contemporánea. En este contexto, la figura del trabajador pobre prolifera, ya que trabajar no significa alejarse de la miseria. Como la regulación actual del trabajo no es efectiva para garantizar el derecho al trabajo decente, el presente simposio pretende profundizar los debates sobre esta compleja realidad. Se aceptarán trabajos en las siguientes líneas: (1) Garantía de derechos fundamentales para los trabajadores en el escenario contemporáneo: desde la regulación legal hasta la interpretación jurisdiccional; (2) Subordinación legal: un nuevo concepto para un nuevo mundo del trabajo; y (3) Garantizar los derechos fundamentales de los trabajadores pobres más allá de la regulación del mercado laboral: políticas públicas para la recalificación profesional (aprendizaje permanente) y reflexiones sobre el ingreso básico de ciudadanía (universal basic income).

Idioma de los resúmenes que serán aceptados para la presentación:

Portugués (X)

Francés (X)

Español (X)

Italiano (X)